

**Município do Fundão**

Registo N.º: 8879 /Ano: 2022  
Saída de 16/12/2022

Registado por: Catarina  
Registado a: 16/12/2022 16:05:06

M/Out. Web Gestão Documental - 16/12/2022



**MUNICÍPIO DO FUNDÃO**  
PESSOA COLETIVA N.º 506 215 695

TELEF.: 275 779 060  
FAX 275 779 079  
0230-338 FUNDÃO  
Email: geral@cm-fundao.pt

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal do  
Fundão

6230 - 000 FUNDÃO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

**ASSUNTO: "Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação no ano 2023"**

Em cumprimento do deliberado por esta Câmara Municipal em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2022 e, para os efeitos previstos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, junto remeto a V/ Ex.ª, os documentos referentes ao assunto supra referido, os quais deverão ser devolvidos após aprovação por parte desse Órgão.

Com os melhores cumprimentos.

**Por delegação de competências do Senhor Presidente.  
A Diretora do Departamento de Administração e Finanças,**

  
(Isabel Carvalho, Lic.)



PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM

16/12/2022

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### PROPOSTA

Considerando que a utilização do domínio público municipal e o pagamento de taxas por essa ocupação tem sido matéria alvo de grande atenção por parte dos municípios;

Considerando que a alínea o) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com as sucessivas alterações, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles;

Considerando que a Lei das Comunicações Eletrônicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, transpôs as Diretivas 98/84/CE, 2002/77/CE e (UE) 2018/1972, alterou as Leis n.s 41/2004, de 18 de agosto e 99/2009, de 4 de setembro, e os Decretos -Leis n.s 151 -A/2000, de 20 de julho e 24/2014, de 14 de fevereiro, revogou a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e a Portaria n.º 791/98, de 22, veio estabelecer o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrônicas, aos recursos e serviços conexos, à gestão do espectro de radiofrequências e dos recursos de numeração, bem como a certos aspetos dos equipamentos terminais, e define as competências da autoridade reguladora nacional (ARN) e de outras autoridades competentes nestes domínios;

Considerando que o n.º 2 do artigo 169.º do referido diploma determina que “*Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrônicas e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrônicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais prevista no Decreto -Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.*”;

Considerando que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos da alínea a) do n.º 3 da supra citada disposição legal, “*É determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município*” e o seu percentual deve ser aprovado anualmente, até ao fim do mês de dezembro do ano



PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM

16/12/2022

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os 0,25%, nos termos da alínea b) do n.º 3 da mesma disposição legal;

Considerando que o n.º 4 do mesmo artigo 169.º dispõe que *“Nos municípios em que seja aprovada a cobrança da TMDP nos termos do número anterior, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento”*;

Considerando que, presentemente, as autarquias aguardam a aprovação de regulamento orientador por parte da ARN (ICP-ANACOM),

**Proponho, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, na medida em que esta matéria é da competência deste órgão, conforme refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei e na alínea o) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com as sucessivas alterações, o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2023, devendo ser aplicado às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo.**

Paços do Município do Fundão, 07 de dezembro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, Dr.)



PRESENTE À REUNIÃO REALIZADA EM

16/12/2022

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação no ano 2023)

O Presidente

(Paulo Fernandes)

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças

(Isabel Carvalho)